

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.097 - SP
(2019/0141681-4)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : MOBILE INTERNET MOVEL S.A
ADVOGADOS : SALVADOR FERNANDO SALVIA - SP062385
LEO LOPES DE OLIVEIRA NETO E OUTRO(S) - SP271413
BRUNO FITTIPALDI RAMOS DE OLIVEIRA ALVES - SP353494
NATELLY NÓBREGA MORAIS MORETE - SP427048
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CARLA CRISTINA AUDE GUIMARAES E OUTRO(S) - SP312496

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Movable Internet Móvel S.A. contra decisão de e-STJ, fls. 490-493, que conheceu do agravo para determinar o retorno dos autos à origem, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 493):

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, e determino o retorno dos autos à origem, para que seja apurado se houve ou não o repasse do ônus financeiro do tributo, com base nos elementos de prova dos autos, ante à impossibilidade de a referida apuração ocorrer em liquidação de sentença.

Sustenta a embargante, em síntese, que há omissão na decisão embargada, uma vez que não houve pronunciamento quanto à análise fático-probatória relativa ao art. 166 do CTN feita na sentença de primeiro grau.

Argui, ainda, que há contradição, uma vez que a reforma do acórdão "[...] não gera, como efeito, a necessidade de devolução dos autos à instância de origem para que a questão relativa ao cumprimento do disposto no art. 166 do CTN seja analisada" (e-STJ, fl. 500).

É o relatório.

O art. 1.022 do CPC/2015 traz as seguintes hipóteses de cabimento dos embargos de declaração: a) obscuridade; b) contradição; c) omissão no julgado, incluindo-se nesta as condutas descritas no art. 489, § 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida; e d) o erro material.

Com efeito, ao contrário do que afirma a parte embargante, não há que se falar em omissão e/ou quanto ao que foi decidido na sentença, pois não tendo o Tribunal *a quo* acatado a decisão de piso, tanto que postergou a apuração para a fase de liquidação de sentença, qualquer análise por este Tribunal Superior, além de configurar usurpação de instância, implicaria o revolvimento do

Superior Tribunal de Justiça

contexto fático-probatório, vedado pela Súmula 7/STJ.

Nota-se, portanto, que, ao contrário do que afirma a parte embargante, não se verifica no julgado questionado a alegada omissão e/ou contradição, mas mero inconformismo quanto aos termos da decisão de e-STJ, fls. 490-493.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TELEFONIA. LESÃO AOS CONSUMIDORES. DANOS MORAIS COLETIVOS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.

1. Os embargos de declaração representam recurso de fundamentação vinculada ao saneamento de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não se prestando, contudo, ao mero reexame da causa, como pretende a parte embargante.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1.460.214/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/9/2019)

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator